

In: Guimarães, Lytton L. (org.), Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias. Brasília, NEASIA/CEAM/UnB, 2003, p. 105-124.

Estudos Asiáticos no Brasil

Ronan Alves Pereira

Os estudos asiáticos no Brasil, se comparados com outros estudos étnico-culturais – por exemplo, os estudos europeus ou os afro-brasileiros –, mantiveram uma posição relativamente marginal e secundária na academia brasileira. Essa característica tem suas raízes no período colonial, persistindo na transição do regime imperial para o republicano e apresentando uma mudança relativa apenas nos últimos quarenta anos.

Na primeira parte deste trabalho, argumenta-se que as relações entre o Brasil e a Ásia foram historicamente mediadas por determinadas potências ocidentais, em épocas diferentes. Essa situação somente se alterou nas últimas décadas. Na segunda parte do texto, são apontados alguns fatores que reproduzem a desinformação e o distanciamento cultural que a maioria dos brasileiros sente em relação à Ásia. Esses dados servem como subsídios para se contextualizar a referida marginalização dos estudos

asiáticos na academia brasileira até recentemente. Ao se considerar as circunstâncias atuais desse campo de estudo, porém, conclui-se que ele tem-se desenvolvido e se diversificado bastante. Percebe-se nesse campo, também, o predomínio dos estudos relacionados ao Japão.

Relações Historicamente Mediadas com a Ásia

Pelo menos até as primeiras décadas do século XX, as relações brasileiras com os países asiáticos e o Japão, em particular, não se deram de forma direta. Essas relações se deram historicamente pelo intermédio de determinadas potências ocidentais, como será visto a seguir.

A história das relações asiático-brasileiras pode ser dividida em três fases ou períodos:

1º Período: Relações Casuais e Distantes

No período colonial, as relações do Brasil com a Ásia eram obviamente condicionadas e controladas por Portugal. Diga-se, de passagem, que os portugueses foram os primeiros europeus a pisar em solo japonês, em 1543 ou 1542, segundo algumas fontes (veja Yamashiro 1989).

O Brasil-colônia era um entreposto para os navios em trânsito para as colônias portuguesas do Oriente (Sumatra, Goa, Bombaim, Macau, etc.). Com exceção de umas poucas pessoas da elite que tinham relação econômica com o Oriente, aquela região despertava pouco interesse no seio da população. No entanto, embora o contato com o Oriente ocorresse de maneira indireta, não se pode negar que houve um pequeno legado oriental no Brasil, em termos de arquitetura, pintura, gastronomia e outros. Esse legado se deve, particularmente, a duas ocorrências. Por um lado, as naus portuguesas em trânsito para o Oriente contavam com a presença de alguns “orientais”, que permaneciam no Brasil por um, dois ou mais meses. Por outro lado, dezenas de portugueses se instalavam no Brasil, depois de terem vivido anos ou décadas nas colônias orientais (veja Leonardi, no prelo).

2º Período: Interesse Com Suspeita

Desde a proclamação da independência brasileira até o final da II Guerra Mundial, as relações com a Ásia foram mediadas, primeiramente, pela França e Grã-Bretanha, e, posteriormente, pelos Estados Unidos.

Durante esse período, o Brasil assinou tratados diplomáticos e comerciais com a China (1880) e com o Japão (1885), seguindo o exemplo das potências ocidentais. A assinatura desses tratados também se explicaria pela necessidade que o país tinha de abrir novos mercados para seu principal produto de exportação, o café.

Um fato digno de nota nesse contexto é a presença pioneira do romancista e diplomata Aluísio Azevedo no Japão. Ele chegou em Yokohama como vice-cônsul em 1897, com planos de escrever um livro sobre aquele país. No entanto, devido a uma série de desencontros e dificuldades pessoais e profissionais, esse registro literário e crítico, que poderia ser um dos primeiros marcos da “descoberta” direta do Japão pelo Brasil, somente veio a ser publicado em 1984, com o apoio financeiro da Fundação Japão (Azevedo 1984).¹

No Brasil, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, emergiu um debate sobre a identidade nacional, que teve como desdobramento a aparição do “mito das três raças”, posteriormente associado com o mito da “democracia racial”. Nesse contexto, os asiáticos, não fazendo parte das “três raças”, eram vistos como “povos menores”, tanto física quanto culturalmente. Por conseguinte, eram tratados com suspeita, que se alimentava, por sua vez, de estereótipos negativos. Esses povos eram temidos por causa da tese do “perigo amarelo”, bastante

¹ O livro de Aluísio Azevedo (1857-1913) deve ser considerado no quadro maior de uma tendência artística do final do século XIX, conhecida por “japonismo”, como explica Luiz Dantas: “Escrever sobre o Japão no final do século XIX implicava em aderir a uma tendência artística, a um gosto, cuja primeira característica era a de ser cosmopolita. Europeus, americanos do norte e do sul, homens de letras ou artistas plásticos, o público cultivado em geral, achavam-se sensibilizados, fascinados, pela última grande descoberta do Ocidente, por sua última grande viagem ao Japão. E a reação a esse encontro, que vai da *Madame Butterfly* de Puccini aos escritos de Lafcadio Hearn, da decoração dos interiores ‘fin de siècle’ à grande revolução da pintura, que é o impressionismo, é o que se poderia chamar de japonismo” (Dantas 1984: 20).

difundida na época, segundo a qual os migrantes “amarelos” (asiáticos) não se adaptariam a outras culturas, criavam guetos nas sociedades hospedeiras e, freqüentemente, ocasionavam crises sócio-econômicas.

No Brasil, assim como em vários países latino-americanos, havia um acalorado debate sobre a conveniência ou não de se aceitar imigrantes asiáticos (especialmente japoneses) no País. Por fim, os japoneses começaram a emigrar para o Brasil em 1908, a despeito da tentativa malograda de Dom Pedro I em introduzir trabalhadores chineses nas plantações de chá, no começo do século XIX, bem como do medo das elites de que os asiáticos pudessem ameaçar o projeto nacional de “embranquecimento” do País.²

3º Período: Descoberta Recíproca

Nos últimos cinquenta anos, pode-se observar uma atitude menos passiva tanto do lado brasileiro quanto do lado asiático. Porém, essa atitude não significa que o Continente Asiático tenha se tornado uma prioridade para o governo e as empresas brasileiras.

Durante esse período, o Japão tomou a dianteira a partir dos anos 50, por meio de numerosos investimentos e projetos bilaterais de cooperação com o Brasil. Na década de 70, houve o clímax das relações nipo-brasileiras, com centenas de empresas japonesas investindo e abrindo filiais no nosso país.

Em 1974, o Brasil restabeleceu relações com a China.³

² No século XIX e no começo do século XX, muitos defendiam, como o escritor e político português Oliveira Martins, a idéia de “um Brasil europeu e não asiático” (Comissão 1992: 39). Essa idéia se refletia também na legislação brasileira, como o ilustra um decreto do governo federal de 1890, que abria a possibilidade de imigração para pessoas de qualquer nacionalidade, menos as originárias da África e da Ásia (ibidem).

³ Esse restabelecimento tardio das relações sino-brasileiras serve para ilustrar o fato de que, mesmo quando o Brasil desenvolveu laços diretos com alguns países asiáticos, tal iniciativa não foi totalmente independente. Basta dizer que o Brasil somente reatou relações com a China depois que o presidente americano, Richard Nixon, visitou Pequim e restabeleceu laços diplomáticos com o governo chinês. Comentário semelhante se pode fazer com respeito às relações Brasil-Japão: por mais que sejam profundas e benéficas para os dois países, essas relações se desenvolvem na medida em que não ameaçam os interesses estratégicos e econômicos dos EUA no Brasil.

Porém, a cooperação mais intensa entre os dois países somente se iniciou após a assinatura do primeiro acordo comercial em 1978.

A partir dos anos 90, o Brasil vem tentando ampliar suas relações com países da Ásia e do Pacífico. Por outro lado, muitos países dessa área geo-política, a começar pela Coréia e por Taiwan, têm manifestado interesse no mercado brasileiro (tanto por ser um mercado promissor, em processo de abertura e desregulamentação, quanto por ser uma espécie de portão de entrada para o Mercosul). Como se poderia esperar, os recentes desenvolvimentos nas relações brasileiras com a Ásia tiveram alguma repercussão positiva entre os acadêmicos.

Reprodução do Distanciamento Cultural e da Marginalização

Antes de abordar o estado atual dos estudos asiáticos no Brasil, são apresentados outros fatores que geraram e perpetuaram o relacionamento tívio brasileiro com os povos asiáticos e o baixo interesse de nossos acadêmicos por aquela região. Em uma palavra, tenta-se responder à pergunta: por que os estudos asiáticos não se desenvolveram tanto no Brasil? Como sempre, a resposta não pode depender de uma variável apenas, mas de várias e interdependentes explicações (históricas, econômicas, sócio-culturais, políticas, etc.).

Foco das Elites Brasileiras no Ocidente

Embora o Brasil seja reconhecidamente um país plural, ainda há muito o que fazer para que se torne genuinamente democrático e multicultural. O propalado mito da sua “democracia racial” incorporou e assimilou uma ampla gama de grupos étnicos sem, no entanto, reconhecer, revelar e propagar os valores culturais de cada grupo particular.

Histórica e ideologicamente, o Brasil esteve atrelado e sobrevalorizou suas origens culturais européias. Isso levou a nação a enfocar demasiadamente a Europa, os Estados Unidos e, mais recentemente, os países vizinhos do Cone Sul. Essa característica

pode ser tida como causa de fundo do distanciamento psicológico e cultural que a maioria dos brasileiros sente em relação à Ásia. Constitui, também, obstáculo a um maior interesse por assuntos asiáticos na academia e entre os brasileiros, em geral.

Urge reconhecer, no entanto, a existência de iniciativas favoráveis, pontuais e/ou recentes. Por exemplo, no âmbito acadêmico, as comunidades imigrantes constituíram objeto de estudo de um grupo de antropólogos e sociólogos, entre os anos 40 e os 60. Também é fato que, na última década, em parte devido a pressões oriundas das necessidades de “modernização” sócio-econômica num mundo dito globalizado, tem havido esforço governamental para promover idéias mais cosmopolitas nas escolas e na mídia. Porém, essa é uma tendência bastante recente e que representa somente idéias modestamente traduzidas em ação.

Marginalização da Ásia no Sistema Educacional Brasileiro

O apego excessivo às raízes culturais européias do País conduziu à quase ausência da Ásia no ensino brasileiro. No primeiro e no segundo graus, quando o estudante brasileiro tem aula sobre a Ásia, a abordagem costuma ser extremamente sucinta e superficial. Na universidade, com exceção dos estudantes dos cursos de japonês e chinês, a grande maioria dos estudantes praticamente não tem aulas regulares ou cursos especializados sobre a Ásia. Por exemplo, não se tem notícia de um curso de filosofia que aborde o pensamento filosófico asiático, já que se concebe a filosofia como um campo originário e exclusivo da tradição ocidental. Os cursos de história também se concentram na história ocidental (incluindo a América Latina). Eventualmente, incluem disciplinas de história da África e do “Oriente Antigo”, cujo foco costuma ser a Mesopotâmia e o Egito Antigo.

Em suma, o tópico Ásia é quase que inexistente no currículo escolar brasileiro. Isso, com certeza, contribui para que se reproduza a condição de marginalidade dos estudos asiáticos no Brasil.

A língua japonesa constitui uma exceção, visto que ela é

ensinada em algumas escolas dos estados de São Paulo e Paraná, no primeiro e no segundo graus. Isto se explicaria, antes de mais nada, pelo fato de que esses dois estados concentram uma ampla maioria dos descendentes de japoneses no País. Como será mencionado mais adiante, também já existem cursos universitários que oferecem disciplinas de língua, literatura e cultura japonesas.

Pouca Representatividade e Hermetismo dos Grupos Asiáticos

Do lado dos grupos asiáticos também existem aspectos problemáticos. De modo geral, esses grupos se mostram herméticos e resistentes a serem estudados pelo meio acadêmico, ou seja, serem objeto de análise mais imparcial e crítica.

Comparando-se com a situação dos EUA ou da Austrália, os asiáticos representam uma parcela muito pequena da população brasileira. Mesmo os nipo-brasileiros, de longe o mais numeroso grupo entre os asiáticos, não passam de um por cento da população total do país. Além disso, a imigração asiática para o Brasil é atualmente insignificante.

Falta de Apoio Material

Normalmente, interesses econômicos e políticos estimulam o intercâmbio acadêmico e cultural entre os povos. Aqui, também, a realidade dos fatos não trabalhou a favor dos estudos asiáticos no Brasil.

Até algumas décadas atrás, de um lado e de outro das relações asiático-brasileiras, não havia muito interesse em investir no intercâmbio cultural e acadêmico, em parte por causa do fraco desempenho comercial entre as partes envolvidas.

O Japão constituiu um caso peculiar em função do relacionamento duradouro e frutífero que manteve com o Brasil. Em primeiro lugar, devido à intensa emigração japonesa para o Brasil, abrigamos atualmente a maior comunidade nipônica fora do Japão. O Brasil também é o país não-asiático que mais recebe assistência oficial do governo japonês. Por último, o Japão é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil. Não obstante esses dados favoráveis que atestam um profundo e consistente relacionamento nipo-brasileiro, há pouco interesse por parte das

empresas japonesas e brasileiras em fomentar e apoiar intercâmbios culturais e humanos, para não dizer pesquisas acadêmicas. Este fardo tem sido basicamente assumido pelo governo japonês, que oferece anualmente programas de bolsas e subsídios para os brasileiros, além de manter programas especificamente destinados à comunidade nipo-brasileira (a chamada “colônia japonesa”).

Oportunidades Insuficientes para os Especialistas em Ásia

Como se não bastassem os fortes obstáculos já mencionados, os brasileiros especializados na Ásia têm se deparado com insuficiente apoio financeiro à pesquisa e há falta de vagas na carreira universitária nesse campo de estudo. Essa situação tem produzido uma recorrente falta de continuidade nos estudos asiáticos no Brasil. Isto é, um pesquisador escreve um artigo ou mesmo uma tese sobre o tema, mas, freqüentemente, é levado a mudar seu interesse de pesquisa para outro tema qualquer.

Note-se que os estudos asiáticos não constituíram uma tradição de alto prestígio na academia brasileira, embora se deva reconhecer que, nas últimas décadas, o interesse pela Ásia tem crescido entre nós. Esse aumento de interesse correu em paralelo com o crescimento espetacular da economia dos países da Ásia-Pacífico nas décadas de 70 e 80, quando se dizia que o século XXI seria “o século do Pacífico”.

Tradicionalmente, os pesquisadores brasileiros em áreas como literatura ou economia mantiveram um interesse prioritário pelo que ocorre na Europa, nos EUA e na América Latina. Na sociologia ou na antropologia, a preferência tem sido dada a tópicos nacionais como os povos indígenas, a sociedade camponesa, a comunidade afro-brasileira, os movimentos sociais, etc. Muitos desses pesquisadores estiveram ideologicamente engajados no estudo e/ou na militância em prol de grupos pobres ou marginalizados. Nesse contexto, alguns trabalhos que poderiam ser rotulados de “estudos asiáticos” faziam parte de projetos maiores de pesquisa sobre imigração (como por exemplo, os trabalhos de Herbert Baldus e Emílio Willems nos anos 40 e os de Francisca I. S. Vieira e Ruth C. L. Cardoso nos anos 60, sobre aspectos diversos da imigração japonesa).

Problemas Organizacionais

Por último, os estudos asiáticos no Brasil também têm-se prejudicado pela falta de organização e de liderança, visão estratégica, comunicação e intercâmbio entre as pessoas e as instituições especializadas no assunto. A filial brasileira da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos, por exemplo, está fortemente organizada no campo dos estudos afro-brasileiros, porém é quase uma desconhecida entre os pesquisadores sobre Ásia.

É certo que têm surgido organizações com propostas mais abrangentes, tais como o (hoje extinto) Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, o Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília, a Sociedade Brasileira de Estudos sobre o Japão e o Pacífico, e o Centro de Estudos Orientais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Porém, essas iniciativas têm-se mostrado insuficientes no sentido de unificar os pesquisadores e as instituições engajadas na pesquisa sobre a Ásia.

Uma vez mais, os estudos japoneses têm-se destacado com várias realizações de conseqüências mais duradouras. Desde a criação do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (São Paulo), em 1965, presenciamos uma proliferação de centros de pesquisa e associações profissionais, como o Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, a Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis e as associações regionais de língua e lingüística japonesa.

Além disso, desde 1990, ocorrem anualmente os Encontros Nacionais de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa (ENPULLCJ). Os oito primeiros encontros foram organizados pelo Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo. Porém, nos últimos anos, cada encontro passou a ser organizado por uma instituição universitária diferente.

Um desdobramento bastante promissor desses encontros foi a criação da *Associação Brasileira de Estudos Japoneses*, durante o XII ENPULLCJ, em Porto Alegre (01/9/2001). Essa associação deve confrontar e trazer respostas aos problemas organizacionais acima mencionados.

Situação Atual

Há alguns anos, ao ser solicitado a mapear a situação dos estudos asiáticos no Brasil, o presente autor deparou com a falta de informações mais completas sobre esse campo.⁴ Os dados e a avaliação apresentados a seguir devem, pois, ser tidos como um esboço preliminar.

Não é difícil imaginar a dificuldade em se criar ou manter centros de estudos asiáticos no Brasil. Primeiramente, por causa da tendência da elite econômica e política em perpetuar os laços do País com suas origens européias. Em segundo lugar, porque nossos governantes apresentam uma persistente malversação de verbas públicas, que gera falta de recursos para investir nas necessidades sociais e de infra-estrutura do País. Ou seja, com tantos problemas básicos a espera de soluções, o intercâmbio com a Ásia se torna secundário.

Diante da política sistemática de “sucateamento” do ensino público brasileiro, sobretudo na última década, as instituições de pesquisas sobre a Ásia e o Pacífico podem se considerar em condições razoáveis quando recebem uma sala modestamente mobiliada e apoio limitado a atividades como seminários, exposições e outras.

Diferentemente do que ocorre nos EUA e Europa, praticamente não há apoio de empresas privadas. Duas exceções de que se tem notícia são o apoio dado ao Centro de Estudos Japoneses da USP pelo Banco América do Sul⁵, e a criação do

⁴ Nos estudos japoneses, porém, já existem informações com mais detalhes. A Fundação Japão vem, há anos, publicando diretórios de estudos japoneses no Brasil, sendo que o último é de 1998. Essa mesma fundação organizou, em março de 1999, um simpósio com a presença de 121 pesquisadores e representantes de órgãos financiadores e instituições de pesquisa. Os anais desse simpósio foram publicados em seguida (Fundação 1999). Posteriormente, dois painéis foram organizados durante os Encontros Nacionais de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa um em Brasília (2000) e outro em Porto Alegre (2001), também com o propósito de continuar a avaliação e a formulação de proposta para os estudos japoneses no Brasil (Megumi 2001; Shimon, no prelo).

⁵ Como o Banco América do Sul foi vendido recentemente, resta saber se o apoio ao CEJ-USP será mantido por seus novos proprietários.

Centro de Estudos da Ásia pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Por outro lado, o apoio de fundações privadas e públicas tem crescido nos últimos anos. A Fundação Japão (<http://fjsp.org.br>) mantém uma vasta gama de atividades e promoções, que a credenciou como a principal e mais dinâmica instituição japonesa na área de intercâmbio cultural-acadêmico com o Brasil. Essa fundação oferece distintos programas de bolsa de estudo, promove eventos culturais, apóia publicações e edita importantes materiais de referência. Em 1994, ela estabeleceu um dinâmico Centro de Estudos Japoneses (Nihongo Center), em São Paulo.

A Sasakawa Peace Foundation sustentou temporariamente um centro de estudos japoneses na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, mas essa parceria foi interrompida há alguns anos.⁶

A embaixada chinesa vem apoiando a vinda de professores-visitantes para ensinar chinês na Universidade de São Paulo e na Universidade de Brasília. Ela também possui um incipiente programa de bolsas de estudo e, freqüentemente, doa publicações a algumas instituições universitárias brasileiras.

A embaixada coreana e a Fundação Coréia também oferecem publicações a universidades no Brasil. O programa de bolsas do governo coreano, porém, tem contemplado basicamente os descendentes de coreanos. Em 1997, o Núcleo de Estudos Asiáticos da UnB obteve junto à Fundação Coréia uma bolsa de estudo para que uma estudante da UnB estudasse o idioma coreano em Seul, por seis meses. Este fato constituiu o marco de um novo estágio de cooperação, uma vez que era a primeira vez que um brasileiro não-descendente de coreanos fora agraciado com esse tipo de bolsa.

Ademais dessas oportunidades oferecidas por instituições estrangeiras, o pesquisador brasileiro ainda tem a possibilidade de recorrer individualmente ou através de seu centro de pesquisa a uma agência brasileira, pública ou privada, de fomento à pesquisa

⁶ Além dessas duas fundações, há outras instituições japonesas, públicas e privadas, que proporcionam bolsas de estudo aos brasileiros: Ministério da Educação (Monbushô), Japan International Cooperation Agency (JICA), Association for Overseas Technical Scholarship (AOTS), etc. (Aliança s.d.: 318-375).

e ao intercâmbio cultural (CNPq, CAPES, FAPESP, Fundação Vitae, etc.).

Devido ao histórico e estreito relacionamento nipo-brasileiro e ao maior investimento do governo japonês no intercâmbio cultural com o Brasil, os estudos japoneses são os mais numerosos e consolidados no campo dos estudos asiáticos no País.

Em 1988, a Fundação Japão elaborou um diretório dos estudos japoneses no Brasil, utilizando critérios bastante abrangentes, no qual foram registrados, na época, sessenta pesquisadores. Dez anos depois, uma pesquisa mais rigorosa contabilizou noventa e cinco pesquisadores acadêmicos, cujo objeto exclusivo ou parcial de pesquisa está relacionado com o Japão. Além de um acréscimo de mais de cinquenta por cento em relação a 1988, o novo diretório ainda revelou uma ampla renovação do quadro de especialistas (Fundação 1998: 11-12).

Pesquisas nas áreas de língua, literatura e lingüística japonesa tiveram maior crescimento na última década. Essas áreas também possuem uma presença maior no âmbito acadêmico de departamentos, áreas de departamentos ou centros de pesquisa. Especialistas em outras áreas, particularmente das ciências sociais, encontram-se isolados e dispersos nos departamentos de economia, política, sociologia, antropologia e outros, onde eles raramente mantêm cursos regulares sobre o Japão (e a Ásia em geral). Novos campos de pesquisa vêm surgindo com vigor, refletindo a diversificação e o fortalecimento dos estudos japoneses. Entre os novos campos, podemos citar: religião, arquitetura, semiótica, cinema, artes cênicas, educação, etc.

Historicamente, quase toda comunidade nipo-brasileira manteve uma escola de língua japonesa (*nihongo gakkô*). Essa tradição se expandiu com o estabelecimento de novas escolas pela iniciativa comunitária e privada (incluindo aqui certos grupos religiosos japoneses). Em 1998, estimava-se que havia 16.678 estudantes da língua japonesa no Brasil (Fundação 2001).

No ensino superior, em particular, cursos de língua, literatura e cultura japonesa são oferecidos regularmente em algumas universidades estaduais, federais e particulares. Mais precisamente, uma universidade mantém um programa de pós-

graduação em estudos japoneses; cursos de graduação em língua e literatura japonesa (bacharelado/licenciatura) já existem em cinco universidades; três universidades oferecem disciplinas optativas de japonês na graduação; e quinze universidades oferecem cursos de japonês na Extensão Universitária (cf. Fundação 2001).

Enquanto os estudos japoneses predominam na maioria das universidades, nos últimos anos parece ter ocorrido uma certa especialização em alguns centros de pesquisa. Embora não se tenha informações muito precisas sobre a situação atual de cada universidade, são apresentados apenas cinco casos ilustrativos.

Universidade de São Paulo (USP): Provavelmente, devido à grande influência da "Missão Francesa" no Brasil, na década de 30, que deixou uma contribuição profunda para a estrutura organizacional e a orientação acadêmica da USP, ela possui uma peculiar tradição em estudos clássicos e filológicos. Essa característica pode ser encontrada no Departamento de Línguas Orientais, que oferece cursos de graduação em japonês, chinês, árabe, hebreu, russo e armênio. Até há alguns anos atrás, esse departamento também oferecia o único curso de sânscrito no país. A USP foi pioneira nos estudos japoneses no Brasil, ao criar um curso de graduação em 1964 e um programa de pós-graduação em 1996. Curiosamente, embora o curso de japonês dessa universidade esteja orientado para a língua e a literatura clássicas, ele não inclui ou pressupõe estudos clássicos indianos e chineses (ou mesmo a história dessas nações, que serviram de matrizes culturais para o Japão). Nesse sentido, o curso segue o padrão dos estudos asiáticos nas outras universidades brasileiras. Na USP, ainda se pode encontrar pesquisadores da Ásia ou, especificamente, do Japão no Instituto de Estudos Avançados, no Núcleo de Estudos Estratégicos, no Departamento de Economia, na Escola de Comunicação e Artes, etc. A Biblioteca "Teiti Suzuki" do Centro de Estudos Japoneses da USP possui o maior acervo de livros sobre o Japão no Brasil e, possivelmente, na América do Sul.

Universidade Candido Mendes: Esta universidade carioca possui um Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos⁷, que é responsável por uma das poucas publicações brasileiras na área. Na década passada, também foi criado o Centro de Estudos das Américas, que sustenta, entre outros, o “Programa China-Ásia-Pacífico”, centrado nos estudos chineses.

Universidade Estadual de Londrina (UEL): Ademais do Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa, a UEL ainda possui o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, coordenado por um dos poucos cientistas sociais (se não o único) especializados na Índia.

Universidade de Brasília (UnB): O ensino do idioma japonês na UnB começou em 1981. Em 1997, os estudos japoneses da UnB foram fortalecidos pelo estabelecimento de uma licenciatura letras-japonês. As atividades da Área de Japonês criaram as condições para a fundação, em 1987, do Núcleo de Estudos Asiáticos (NEÁSIA). Este Núcleo tem feito um esforço considerável em aprofundar, enriquecer e diversificar os estudos asiáticos em Brasília, através de exposições e seminários sobre o Japão, China, Coréia, Austrália, Malásia, Indonésia e Tailândia. A UnB também tem oferecido disciplinas optativas de língua chinesa, ministradas por um professor-visitante da Universidade Renmin da China. Além disso, o Núcleo de Estudos da Saúde Pública da UnB oferece uma especialização em medicina tradicional chinesa, que mantém um excelente programa de intercâmbio com escolas de medicina da China.

Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP): A PUC é uma das principais instituições acadêmicas brasileiras de estudo da

⁷ É interessante notar que no Brasil e na América Latina houve, durante um certo período de tempo, a unificação dos estudos asiáticos com os africanos. Aparentemente, essa tendência tem alguma conexão com o Movimento dos Países Não-Alinhados, entre os anos 50 e 80, surgido como uma reação dos “países em desenvolvimento” contra a diplomacia divisionista das super potências no contexto da Guerra Fria. Seja essa ou não a explicação para o surgimento unificado dos estudos “afro-asiáticos”, o fato é que, embora haja reminiscências dessa tendência anterior (Núcleo da Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Orientais na Bahia, Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos, etc.), o certo é que os estudos asiáticos e os africanos conformam atualmente áreas de estudo completamente distintas.

religiosidade oriental. A título de ilustração, cinco das treze monografias de pós-graduação sobre religiosidade japonesa no Brasil foram defendidas na PUC-SP. Há, também, o Grupo de Estudos do Budismo na América Latina (GEBAL), que mantém uma página na internet oferecendo informações de pesquisas em andamento sobre o Budismo na América Latina, documentos sobre o Budismo Tibetano, artigos de jornais relacionados com o Budismo, informações estatísticas, entre outras coisas (<http://sites.uol.com.br/aniadoli/frank.htm>). Outros campos que vêm sendo dinamicamente pesquisados nessa universidade são os de comunicação, semiótica, artes cênicas, música e cinema. Além do Centro de Estudos Interculturais Brasil-Japão, foi criado, em abril de 1999, o Centro de Estudos Orientais na PUC (CEOR). Embora seja evidente o predomínio dos estudos japoneses no CEOR, há atividades em andamento sobre a Coréia e a Índia.

Áreas de Pesquisa

Como já foi mencionado, há um predomínio dos estudos japoneses no contexto dos estudos asiáticos no Brasil. De fato, nenhum outro grupo asiático tem sido alvo de tantas pesquisas como o nipônico, bastando lembrar um levantamento bibliográfico feito há mais de 30 anos, que inclui 658 referências (Smith *et alii* 1967).

No Brasil, porém, quando se fala em “estudos japoneses”, pode-se distinguir nesta expressão três sentidos ou categorias.⁸

Em primeiro lugar encontram-se os **estudos sobre o Japão**.⁹ Embora essa categoria de estudo tenha sido iniciada na década de 40, só veio a ter maior destaque com a ascensão econômica e tecnológica japonesa várias décadas depois. Salientam-se, aqui,

⁸ Essa distinção é importante por expressar a maneira peculiar como esses estudos são compreendidos no Brasil. Nos EUA, por exemplo, estudos sobre a comunidade nipo-americana não costumam fazer parte dos “estudos japoneses” (Japanese studies), mas sim dos “estudos étnicos” (ethnic studies).

⁹ No diretório “Estudos Japoneses no Brasil” (Fundação Japão 1998), que oferece informações sobre pesquisadores e instituições envolvidas com esse tópico, pode-se encontrar, com mais detalhe, os temas que vêm sendo pesquisados em cada uma das três categorias.

as áreas de língua, lingüística e literatura, que têm sido pesquisadas com maior profundidade e consistência nas instituições brasileiras de pesquisa. Recentemente, outras áreas também vêm-se destacando, como a economia, o comércio e a administração; em menor escala, a história, a política, as artes, a comunicação, a arquitetura, a religião, a antropologia e a sociologia.

Em segundo lugar estão os **estudos sobre a comunidade nipo-brasileira**, que, entre as três categorias, é a que apresenta o maior número de publicações. Os primeiros estudos sistemáticos sobre essa comunidade, na área de ciências sociais, foram realizados a partir dos anos 40, por Herbert Baldus, Emílio Willems, Tavares de Almeida e Hiroshi Saito; nas décadas seguintes despontaram outros pesquisadores como Seiichi Izumi, Teiiti Suzuki, Ruth Corrêa L. Cardoso, Philip Staniford, Francisca Izabel S. Vieira, Arlinda Rocha Nogueira, Takashi Maeyama, Hirochika Nakamaki, Célia Sakurai, Mori Koichi, Francisco Hashimoto e outros. Um tema que começa a formar um núcleo consistente de pesquisa é o da religiosidade japonesa no Brasil, sendo que já existem várias monografias de pós-graduação sobre o assunto. Há, também, um crescente interesse de lingüistas em trabalhar no campo da sociolingüística, visando à análise das especificidades da chamada "língua da colônia japonesa" (koria-go) e do ensino de japonês no Brasil.

Em terceiro lugar, há os **estudos sobre as relações Brasil-Japão**, que consistem principalmente de trabalhos nas áreas de relações internacionais, cooperação bilateral, economia, administração, artes, sociologia e direito. Essa categoria ganhou maior dimensão a partir dos anos 70, em função do "milagre econômico" japonês e do incremento das relações entre os dois países.

Faz-se importante notar que o estudo do fenômeno recente dos dekassegis ou trabalhadores temporários nikkei no Japão tem transitado por essas três categorias, com abordagens que vão da economia à antropologia, passando pelo direito, educação e lingüística. Esse fenômeno tem despertado o interesse de pesquisadores não somente do Brasil, como também do Japão, EUA, América Latina e Europa.

Quanto às outras áreas dos estudos asiáticos, é legítimo afirmar que os estudos chineses se destacam em segundo lugar. Além do já mencionado curso de graduação em chinês da USP, o interesse pela China tem crescido em várias outras instituições (por exemplo, Universidade Candido Mendes, UnB e Universidade Federal Fluminense). Entre as principais áreas de pesquisa no campo dos estudos chineses, podemos citar: medicina tradicional chinesa, papel da China na segurança da Ásia e do Pacífico, abertura do sistema político chinês, o "milagre" econômico da China, as relações China-Taiwan e outros. Pouquíssimo se conhece sobre os estudos da comunidade sino-brasileira.

Já existem algumas monografias de estudo sobre a modernização da Coreia em si ou comparando-a com a do Brasil. Também se sabe de uma tese de mestrado sobre imigração coreana no Brasil, apresentada na USP. Há um curso de cultura coreana na PUC-SP e projeto de curso similar na UnB (NEÁSIA).

A Índia despertou pouco interesse na esfera acadêmica, embora haja simpatia de muitos brasileiros por assuntos indianos, tais como: religião, ioga, terapias, música, literatura, etc. Como já foi dito, o único curso de sânscrito em uma universidade brasileira foi extinto há algum tempo. No momento, só temos conhecimento de dois especialistas em Índia, com pesquisa sistemática no Brasil: um na Universidade Estadual de Londrina e outro na PUC-SP.

Há expectativa de que outros temas e países da Ásia sejam contemplados pelos pesquisadores brasileiros, visto que já houve manifestações de interesse pelo Tibet, pelo Timor Leste e pelos chamados "Tigres Asiáticos" em alguns centros de pesquisa.

Perspectivas Futuras

Embora os estudos asiáticos não estejam plenamente desenvolvidos no Brasil, há sinais indicando avanços, devido à confluência de alguns fatores favoráveis.

1) Desde a última década tem aumentado o interesse recíproco em expandir o intercâmbio entre o Brasil e a Ásia. Por um lado, nossos governantes e empresários buscaram aprofundar os laços comerciais com a Ásia e o Pacífico. Desde sua eleição em

1994, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Japão, a China, a Malásia, a Índia e outros países da região. Por outro lado, os governantes de países asiáticos também acompanharam com atenção a abertura do enorme mercado brasileiro e a consolidação do Mercosul. Esse interesse se reflete nas numerosas visitas oficiais que o Brasil recebeu nos últimos anos, entre as quais podemos destacar: a do Imperador do Japão, a do Primeiro-Ministro da China, a do Presidente da Coreia e a do Presidente da Índia.

2) Cada vez mais, há brasileiros se especializando na Ásia e no Pacífico, sendo que muitos chegam a completar seus estudos superiores nessa região geopolítica.

3) Novos cursos têm sido abertos no Brasil, como o programa de pós-graduação em estudos japoneses, na USP (1996), e a licenciatura letras-japonês, na UnB (1997). Outros cursos estão em gestação. A abertura de disciplinas optativas de chinês na UnB, por exemplo, pode um dia vir a constituir um curso de graduação.

4) Nos últimos anos tem havido um maior contato e intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros da Ásia, aliviando, assim, o problema crônico de comunicação que havia antes. Nos estudos japoneses, além dos encontros anuais de professores universitários, há grande expectativa com a recente criação da *Associação Brasileira de Estudos Japoneses*. No que diz respeito aos estudos asiáticos, de modo geral, espera-se uma reativação de instituições já existentes como a Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos e a Sociedade Brasileira de Estudos sobre o Japão e o Pacífico. Outras iniciativas também têm contribuído para a circulação de informações sobre estudos asiáticos. Um empreendimento positivo que deve ser apontado aqui é a criação de páginas na internet pelo Núcleo de Estudos Asiáticos da UnB (<http://www.unb.br/ceam/neasia>) e pelo Centro de Estudos Orientais da PUC-SP (www.pucsp.br/~cos-puc/ceor).

Frente aos argumentos apresentados anteriormente, é legítimo se afirmar que as relações brasileiras com a Ásia vêm

crescendo significativamente nas últimas décadas. Paralelamente aos desenvolvimentos diplomáticos e comerciais via acordos bilaterais e investimentos multinacionais, os brasileiros passaram a ter uma imagem mais positiva dos asiáticos. Também houve aumento geral no interesse por assuntos relacionados com a Ásia, de economia a cinema, de religião a produtos eletrônicos, etc.

Os estudos asiáticos, por sua vez, também se desenvolveram consideravelmente e vêm criando raízes profundas em algumas instituições brasileiras, apesar de ainda serem incipientes e/ou marginais na maioria dos casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA Cultural Brasil-Japão (ed.). **Cultura japonesa em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba**. São Paulo, Aliança Cultural Brasil-Japão, s.d.

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. Apresentação e comentário por Luiz Dantas. São Paulo, Roswitha Kempf, 1984.

COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil (ed.). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo, Hucitec/ Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

DANTAS, Luiz. "Apresentação". In: AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. São Paulo, Roswitha Kempf, 1984, pp. 7-39.

FUNDAÇÃO JAPÃO (ed.). **Estudos japoneses no Brasil**. São Paulo, Fundação Japão, 1998.

_____ (ed.). **Simpósio de estudos japoneses no Brasil**. São Paulo, Fundação Japão, 1999.

_____ (ed.). **Ensino de língua japonesa: escolas e cursos**. São Paulo, Fundação Japão, 2001.

LEONARDI, Victor. **Os navegantes e o sonho. Presença do Oriente na história do Brasil**. No prelo.

MEGUMI, Kuyama (ed.). **Anais do XI Encontro Nacional de Professores de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**. Brasília, Universidade de Brasília (Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução), 2001.

PEREIRA, Ronan Alves. "Japanese Studies in the West: Brazil Today". **Tsûshin**. Cambridge, Harvard University (Edwin O. Reischauer Institute of Japanese Studies), 1999, vol. 5 (Part 1: Spring, no. 1, p. 3-4; Part 2: Fall, no. 2, p. 2-4).

SHIMON, Meiko (ed.). **Anais do XII Encontro Nacional de Professores de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Setor de Japonês), no prelo.

SMITH, Robert J. *et alii* (orgs.). **The Japanese and Their Descendants in Brazil: an annotated bibliography**. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1967.

YAMASHIRO, José. **Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII**. São Paulo, Ibrasa, 1989.